

ATA N.º 7/2017:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2017:

No dia quinze de março de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e dez minutos, na sala da Sociedade de Instrução Musical (freguesia de Quinta do Anjo), reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores António Manuel da Silva Braz, Adília Maria Prates Candeias, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Maria Rodrigues Loureiro Dias Justino.

O **Sr. Presidente** menciona que o Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa não está presente nesta reunião, por se encontrar doente. Colocada a votação a justificação da sua falta, foi a mesma aprovada, por unanimidade.

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Aprovação de Contrato Programa para a requalificação do quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo

PONTO 2 – Prestação de serviços para manutenção de espaços verdes públicos no concelho de Palmela – Abertura de procedimento

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro às instituições parceiras do 50+ - Programa de exercício

PONTO 4 – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e a Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal

PONTO 5 – Aprovação do Plano de Pormenor dos Baceiros – Quinta do Anjo

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** começa com a explicação de que nas reuniões descentralizadas se inverte a metodologia de funcionamento para possibilitar o Período da Intervenção do Público no seu início, segue-se o Período Antes da Ordem do Dia e a Ordem do Dia.

SEMANA DEDICADA À FREGUESIA DE QUINTA DO ANJO

O **Sr. Presidente** refere que a presente reunião descentralizada insere-se no âmbito do programa denominado como a '*Semana das Freguesias*'. A semana dedicada à freguesia de Quinta do Anjo decorre de 13 a 17 de março de 2017, com a seguinte programação:

Serão feitas reuniões com as associações, com os agentes associativos, com os agentes económicos. Há uns anos em que se dá um enfoque especial às questões sociais, outros à área da Educação, mas este ano, foi dado um enfoque especial às questões do associativismo e também sempre à economia local.

O período a mais fértil de trabalho decorreu ontem numa reunião com a Junta de freguesia, onde a autarquia teve a oportunidade de trocar muita informação e debater algumas questões. Foi feito o ponto de situação relativamente a obras e investimentos que foram concluídos nos últimos 2 anos, mas também em curso e programados para a freguesia; também a avaliação dos protocolos de delegação de competências municipais, no que diz respeito a algumas áreas de calçamentos, espaços verdes e conservação da rede viária não asfaltada.

Foram ainda apresentados os investimentos no âmbito das candidaturas que o município apresentou aos fundos comunitários do programa Portugal 2020. Divulgou-se que em abril, será feita uma sessão do "Eu participo!".

Na referida reunião foram debatidas as questões do abastecimento de água ao Bairro Valente, cujo valor ronda os 35.000,00€. Foram também discutidas algumas questões relacionadas com equipamento, sobretudo, do ginásio que está no espaço do Sobral de Quinta do Anjo. A Câmara, em colaboração com a Junta de Freguesia, irá melhorar alguns equipamentos. O município propõe-se adquirir alguns equipamentos novos com o compromisso da Junta proceder à sua montagem.

Também foram apreciadas questões relacionadas com a localização de um espaço de cedência feito ao município há alguns anos, onde se vai tentar regularizar a situação cadastral, para ter ali um novo espaço para a criação de um espaço de jogo e recreio no Bairro Alentejano.

Foi também discutida a questão do projeto da Associação de Idosos do Bairro Alentejano, dando conta do que é que foi contratualizado com a Associação, sendo que a partir de maio, após a revisão ao orçamento, será trazido a reunião de Câmara, o contrato-programa de financiamento para que a 1ª fase arranque.

Refere que foram abordadas também, um conjunto de outras obras, nomeadamente a pavimentação da Rua Zeca Afonso e da Travessa do Limoeiro no Bairro Alentejano. Será uma obra que terá concurso em breve e que arrancará nos próximos meses, sobretudo, para o Verão.

Um outro investimento discutido foi o 1º troço da Rua da Escola, que vai dar seguimento à Estrada do Gado em Olhos de Água, entre a Igreja e a Rua José Carlos Espada

Foram discutidas as questões do término das infraestruturas e pavimentação da Rua das Laranjeiras, no Bairro Assunção Piedade. Na Rua dos Lusíadas, em Quinta do Anjo, foi dado conhecimento da conclusão do último troço, pavimentação, que também era um compromisso assumido.

Foi debatida largamente a questão do Jardim de Cabanas, que tem várias estruturas de água e pavimentos danificados por causa das raízes de árvores de grande porte, que aliás já foram retiradas, enfim, o espaço vai ser todo reabilitado.

Foi feito o ponto de situação de algumas intervenções no espaço público, como o arranjo do Coreto nos Portais da Arrábida, que está em curso.

O município terá em breve condições para atribuir topónimos a 15 arruamentos na zona de Vila Amélia, uma vez que pela génese daquele emparcelamento, antes não era possível fazê-lo.

Foram abordados os acordos de parceria do Mercado de Quinta do Anjo, que já foram assinados com algumas associações; mas, de facto, para arrancar aquele conceito, foi registado algum atraso na obra porque havia a necessidade de retirar bancas, repor chão e fazer algumas intervenções antes do espaço começar a funcionar na sua plenitude. Entretanto, as associações podem e devem ocupar as lojas que lhes foram cedidas.

Foram apresentados os projetos candidatos a fundos comunitários, ilustrados em alguns painéis na sala e exibidos em alguns slides, onde se destaca o designado CICLOP 7, mais concretamente a parte do troço que diz respeito à ciclovia de Quinta do Anjo, que arranca na zona da cooperativa de habitação, cujo circuito vai até às colinas e volta ao mesmo sítio. O HUB 10, que é a plataforma humanizada de conexão territorial, porque está relacionado com questões de mobilidade, irá situar-se perto da EN 10 e trata-se de um projeto intermunicipal que envolve Sesimbra, Setúbal, Barreiro e Seixal. Palmela conseguiu este financiamento para uma intervenção há muito desejada, que é uma grande rotunda na Penalva. A 1ª fase, a repavimentação da estrada de Vila Amélia, com todas as infraestruturas e, sobretudo, a questão da drenagem pluvial, que é mais complexa naquele troço, terá sempre uma zona lateral de ciclovia ou ecopista. A 2ª fase do HUB 10, porque no total é um projeto que pode ascender aos 1.800.000,00€ em que a autarquia só tem 50% e tem de financiar o restante, fará o mesmo tipo de intervenção, desde a rotunda da "Makro", até São Gonçalo na Estrada dos 4 Castelos.

Foi abordado o PRARRÁBIDA, os projetos de valorização dos sítios arqueológicos, da Janela da Arrábida, o espaço de entrada no Espaço Fortuna, para a zona de visita, turismo e infraestruturas de apoio. São programas que foram apoiados, sobretudo, para valorização do

património natural e cultural da zona, onde serão feitas intervenções nas grutas, no Espaço Fortuna, em São Gonçalo e até noutros sítios que não pertencem a esta freguesia.

Já foi aprovada a abertura do concurso, na última reunião de Câmara, para a intervenção de ampliação e requalificação da Escola Básica Matos Fortuna na Quinta do Anjo e também a ampliação da Escola Básica de Cabanas. Tudo junto, será um investimento superior a 3.700.000,00€ para a freguesia de Quinta do Anjo, para os quais haverá financiamento de 50%, sendo que o município, para o efeito, vai ter de financiar os restantes 50% ora com fundos, próprios, ora com empréstimo bancário que já está aprovado, pelo menos, para duas destas intervenções.

No final da tarde foi feita uma reunião muito interessante com as estruturas juvenis da freguesia, onde foi feito o ponto de situação, de forma a perceber melhor o seu trabalho. Foi criado um compromisso de reforço de apoio, seja financeiro para quem concorreu ao Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, seja logístico para quem não tendo a situação regularizada (enquanto associação formal) tem, no entanto, um excelente trabalho feito com a comunidade, como é o caso do CAFI.

A manhã foi dedicada a visitar uma empreitada de remodelação da rede de abastecimento de água, que está em curso na estrada da Quinta da Várzea. São 2100 metros de rede e respetivos ramais.

Depois visitaram as instalações da “Imeguisa”, uma empresa que tem muito orgulho em estar na freguesia de Quinta do Anjo e no concelho de Palmela. Tem conseguido crescer em termos financeiros e em termos tecnológicos. Está muito ligada também, à indústria automóvel e aeronáutica. Tem potenciado o aumento da produtividade para os clientes e que, felizmente, está num ciclo também de crescimento que cria mais oportunidades de emprego, acrescentando valor ao território, é uma empresa amiga da responsabilidade social e do concelho, tem apoiado várias dinâmicas, quer na freguesia, quer noutras iniciativas realizadas pelo município.

Depois visitaram a Rua António Pereira Amaro, devido um compromisso que havia sido assumido no ano passado, aquando da visita à reabilitação da pintura e embelezamento do Mercado de Cabanas, na qual se detetou que aquele arruamento, não era dos mais extensos e dos mais complexos e que valia a pena intervir ali. E, apesar de não ser um compromisso de mandato, é uma obra que está feita e que resolveu os problemas de drenagem pluvial e, naturalmente a melhoria da circulação e pavimento.

Depois, a poucos dias do Festival do Queijo, Pão e Vinho, o executivo achou importante visitar outros agentes económicos locais e dar-lhes visibilidade, pois sendo mais pequenos, também acrescentam valor o território. Geralmente trata-se de uma economia de origem familiar e tradicional, que também dá emprego e promove o desenvolvimento da localidade. E foi por isso que também visitaram uma empresa de vinhos, se calhar, menos conhecida, mas que também

tem bons vinhos e merece visibilidade pelo esforço que tem estado a fazer, na qualificação dos mesmos. Trata-se dos Vinhos Costa Matos, em Cabanas, que é também participante habitual no certame Queijo, Pão e Vinho. Já ultrapassa a produção dos 100 mil litros anuais, sobretudo em tintos e rosés. Está a tratar da regularização e ampliação da Adega, quer criar ali um espaço de loja para receber clientes e turistas e é este o caminho de qualificação que tem de ser feito para que este setor não defina.

O executivo visitou, depois, uma das empresas mais recentes do concelho, que veio de um concelho vizinho, a "Introsys - Global Control System Designers", que se instalou na zona de Vila Amélia. É, sobretudo, uma empresa líder no mercado especializado em automatização industrial e tem clientes da China, Rússia, Índia, México, Brasil, Alemanha e Bélgica. Tem vindo sucessivamente a registar volumes de negócios, sempre crescentes de ano para ano, já chegou aos 18.000.000,00€ e conta com 160 trabalhadores qualificados.

Para terminar a manhã, o executivo esteve na queijaria artesanal Vítor Fernandes, em São Brás, porque é também um produtor que habitualmente vai ao Festival Queijo, Pão e Vinho e já emprega 14 trabalhadoras e trabalhadores. Produz cerca de 350 mil queijos por ano e, de facto, toda esta economia que provem das encostas da Arrábida vale a pena promover e dar visibilidade.

Amanhã o dia será dedicado ao associativismo e, na sexta-feira, haverá o habitual momento para atender as senhoras e os senhores munícipes, quem já se tenha inscrito e, outros que queiram inscrever-se, para tratar dos seus processos, dos seus assuntos e será feito esse atendimento ora na sede da Junta de Freguesia ou no CRJ de Quinta do Anjo.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público, e menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à sua intervenção. Concede a palavra a quem queira intervir.

Sra. Luísa Moço (1.)

Refere que mora na Rua Zeca Afonso, lote 152, em Pinhal Novo. A munícipe e o marido já enviaram emails para a Câmara, acerca deste assunto. Informa que, sempre que chove a rua fica inundada, o que já provocou estragos no muro. Receberam resposta ao primeiro email enviado, referindo que a situação estava para análise. A partir daí enviaram mais dois, onde não obtiveram resposta. Acrescenta que a rua não tem sargetas.

Sr. Nuno Ferreira (2.)

Refere que quem vai para Pinhal Novo, a seguir à ponte, passando a auto-estrada do lado esquerdo, foi feita uma construção, desconhecendo-se se é legal ou não.

Faz 4 anos que o indivíduo decidiu fazer uma muralha, entre o terreno dele e a ponte, cortando o terreno a duas propriedades. Nestes 4 anos já foram disparados várias vezes tiros, já foram levantadas armas para várias pessoas, já houve vários processos em tribunal. Informa que esteve a trabalhar no estrangeiro durante ano e meio com termo de identidade e residência, sempre que vinha a Portugal não poder voltar para o estrangeiro. Neste momento, decidiu ir às propriedades, por uma razão muito simples, porque à 3ª vez de lhe apontaram uma arma, como não tem arma, encontra-se em desvantagem. Tal também já aconteceu ao seu irmão, pai e primos. Há 4 anos já houve muitas reuniões na Câmara e muitos processos. Há 4 anos que fez uma muralha e não deixa as pessoas passarem para os terrenos adjacentes. Neste momento prepara-se para fazer uma nova muralha, que já abriu os caboucos à entrada da propriedade. Há um mês atrás, o município reuniu-se com a Brisa, que lhe garantiu que quando a muralha foi erguida em 2013, comunicou à câmara o que é que se estava a passar. Alerta que é uma situação gravíssima e que poderá ter consequências muito graves.

Sr. Colin Marques (3.)

Refere que a sua intervenção está relacionada com a antiga fábrica "SOCAR", que sabe não ser uma responsabilidade da câmara, nem da Junta, uma vez que é privada e pertence à Caixa de Crédito Agrícola, mas o que se passa é que, aquilo está a ser habitado por um conjunto de indigentes, que aumenta constantemente. Já se calcula que vivem lá 10 pessoas em condições totalmente desumanas, algumas dessas pessoas têm problemas do foro psicológico, têm problemas de dependências, são associados a delitos e vários tipos de roubos e provocações que há na freguesia. Apesar de não ser uma responsabilidade da Câmara, sugere que se faça uma espécie de pressão, junto dos proprietários, pelo menos para vedá-la, para proteger a população; e também se fosse possível tentar encontrar uma solução para aquelas pessoas que vivem em condições totalmente indignas do ponto de vista moral.

Sr. José Carlos (4.)

Refere que reside na Quinta do Anjo. Indica que já manifestou esta preocupação anteriormente, à junta de freguesia e diz respeito à inexistência de uma passadeira junto ao infantário de Quinta do Anjo. As pessoas estacionam o carro aleatoriamente e têm que atravessar a estrada com as crianças, pelo que uma passadeira seria muito necessária. O Sr. Presidente da Junta refere que as Infraestrutura de Portugal não o permitem.

Espanta-se que aquando a abertura do Minipreço tivessem instalado duas passadeiras com cerca de 20 metros de distância.

Ainda dentro mesma problemática das passadeiras refere que, na Rua Afonso de Albuquerque, junto ao Centro de Dia, também existiu em tempos uma passadeira, mas já não existe.

Junto dos portais do cemitério, existiu também uma passadeira, mas que depois foi transferida para perto dos semáforos que entretanto foram instalados.

Outra preocupação que demonstra é referente ao trânsito na Rua Manuel Martins Pitorra e a Rua António José Marques, que são ruas muito solicitadas, que beneficiariam da colocação de lombas, para controlar a velocidade de determinados condutores. Tal pedido foi negado, tendo recebido a indicação de que não é política da Câmara.

Ainda perto do infantário, junta a uma oficina de Serralharia, sugere a colocação de pinos, para evitar estacionamento abusivo em cima dos passeios.

Recorda que algumas pavimentações devem ser feitas, nomeadamente na Rua D. Dinis e Rua Afonso de Albuquerque.

Sr. Leandro de Almeida (5.)

Refere que é morador da Marquesa II e aborda um assunto já foi exposto anteriormente, que continua sem solução. Na Rua da Associação, mais conhecida por Rua Florbela Espanca, onde termina precisamente o concelho de Palmela e começa o do Barreiro, durante o mau tempo no inverno, foram abertos vários buracos. Também onde é o minimercado da Luzia, na Rua Manuel Maria do Bocage, também tem um grande buraco, depois aquela que fica no café restaurante Mateus e Inácia, Rua David Mourão-Ferreira.

Na segunda-feira, depois da uma e meia, o munícipe esteve lá no local, veio a Barquinha com os técnicos de uma empresa, finalmente eliminaram os ninhos das lagartas dos pinheiros. Foi um assunto que já tinha sido dado conhecimento pela Associação porque é onde as crianças frequentam o polidesportivo, não só aos fins de semana, mas também basicamente, quando há as férias escolares. A empresa, não só eliminou os 20 e tantos cachos de lagarta como depois os levou em sacos. Portanto, é uma situação que permitiu que aquele local ficasse livre dessa praga.

Aproveita também para pedir ao senhor Presidente para pintar de verde as placas centrais dos arruamentos da Associação, que já estão bastante negras, onde já nem se reconhece o lancil, o separador, portanto, a entrada da Rua Fernando Pessoa; depois logo a seguir, onde termina a Rua Luís Vaz de Camões e começa a Rua Luísa Todi outra placa central; e depois há duas lá perto precisamente na rua do Engenheiro Antero. Todos os que por ali passam quase diariamente temem os graves acidentes que constantemente se continuam a dar.

Face às questões apresentadas pelos/a Srs./a Munícipes são prestados os seguintes esclarecimentos:

_ Em resposta à Sra. Luísa Moço (1.), o **Sr. Presidente** refere que a situação reportada está certamente para elaboração do orçamento, porque, nestas circunstâncias, não havendo possibilidade de corrigir o pavimento para a água se dirigir graviticamente para o sumidouro existente, porque aquela operação de loteamento é de 1979, neste momento, o que poderá ser possível é uma solução que já foi encontrada para situações semelhantes, colocar um sumidouro nessa zona; e não havendo coletor para ligar, esse sumidouro é ligado ao existente mais próximo. Portanto, fica o compromisso de, se calhar, ainda durante esta semana, ser dada uma resposta, se vai ou não ser feito e quando. A situação será corrigida, mediante o estudo.

_ Em resposta ao Sr. Colin Marques (3.), o **Sr. Presidente** refere que é pertinente essa chamada de atenção. Não é uma questão de ser uma edificação privada que, naturalmente tem a primeira responsabilidade, mas também cumpre ao município proceder à notificação dos mesmos para o encerramento dos vãos, para que não haja intrusão. Estas questões dos edifícios abandonados, enquanto não são alienados, vendidos e/ou requalificados, tem de se garantir as questões de segurança e de salubridade. Não podem ter ali vãos abertos, onde qualquer pessoa possa cair ou possa cair alguma coisa em cima de alguém e, portanto, a fiscalização fará uma visita ao local, um relatório, um auto e a respetiva notificação, para a entidade bancária que for detentora do espaço, neste momento; a autarquia terá acesso a isso, através de uma certidão das Finanças para saber quem é o dono daquilo neste momento, se está no administrador de insolvência, se é um banco, se é uma imobiliária, seja quem for. Quanto às pessoas que lá estão, naturalmente, será feita essa abordagem para procurar perceber as condições e o tipo de intervenção social que deve ser feito; e será feito não só com os técnicos da autarquia, mas sobretudo acompanhados também das técnicas da Segurança Social, porque é quem, em primeira instância, tem de fazer o enquadramento daquelas pessoas, que rendimentos têm, se têm Rendimento Social de Inserção, se há habitação social, se há alojamento, enfim, estudar o assunto, porque aquelas vidas às vezes têm histórias muito complicadas. A autarquia fará essa abordagem e foi muito importante o munícipe ter alertado para essa situação que pode ser até que já esteja sinalizada, para fazer esse tipo de intervenção.

_ Em resposta ao Sr. Nuno Ferreira (2.), o **Sr. Presidente** refere que a construção que lá está teve um processo de licenciamento. Começou por ser feita uma coisa que não correspondia ao processo de licenciamento e a questão do muro, quer do lado que confina com a propriedade do munícipe, quer até a questão do acesso à estrada, nada daquilo que o senhor lá fez

correspondia àquilo que tinha sido efetivamente licenciado. À época houve até queixas junto da antiga Agência Portuguesa do Ambiente, por causa do muro estar sobre a linha de água e, desde o apuramento dos factos, foram feitos sucessivos autos de embargo sobre as obras que estavam a ser feitas, mal ou sem licenciamento. Auto de embargo sobre o muro de vedação, que o infrator levava a efeito, e objeto de procedimento; e um novo embargo pela operação urbanística, abertura de caboucos em curso em que também não havia licenciamento, nem qualquer enquadramento. Portanto, não foi possível notificar o proprietário. Houve tentativas de notificação pessoal, quer no local, quer na obra, no domicílio conhecido do infrator. Não tendo sido feita a notificação pessoal, porque o embargo, convém que seja entregue pessoalmente e assinado, vai agora por notificação postal. Esclarece que a desobediência ao auto de embargo é crime e tem de ser julgado em tribunal. Se os tribunais também não andam, não vai ser Câmara a ir lá com uma espingarda e uma retroescavadora. É necessário percorrer estes procedimentos para quando se chegar à fase de se demolir, sem ter incorrido em qualquer em inconformidade processual, para não correr risco de ter de indemnizar o infrator, a autarquia poderá então tomar posse administrativa. O problema é que a autarquia tem de ter a prova em como o infrator foi notificado acerca da demolição. Primeiro é necessário fazê-lo aceitar o documento e depois disso, é que a autarquia vai tomar outras diligências; não há outra forma de ser feito.

A autarquia tem de ter a prova de que o senhor recebeu a notificação. E a desobediência do auto de embargo que dá origem a um processo-crime, isso é que depois vai para o tribunal. Por outro lado, a ordem de demolição já foi dada, ele também tem recepcioná-la; porque ele tem um prazo para se pronunciar se faz a demolição voluntariamente, ou não. Se não fizer a demolição voluntária, o município irá encetar o outro procedimento, que é em última instância, a autarquia fazer a demolição e, na mesma altura, tomar posse administrativa do terreno, para poder lá entrar e poder operar, se for preciso, com as forças de segurança.

A autarquia tentará a notificação postal, se o senhor não levantar a carta, terá de solicitar a intervenção da PSP de Setúbal, uma vez que é lá que ele reside. Apesar de nem sempre as forças de segurança, para este tipo de notificações, darem prioridade a estes pedidos dos municípios, fica o compromisso de se continuar a pressionar para que isto se desenvolva.

_ Em resposta ao Sr. José Carlos (4.), o **Sr. Presidente** refere que as questões trazidas também são muito pertinentes. Mas as questões das passadeiras é de facto, um problema com as Infraestruturas de Portugal. O Senhor Presidente da Junta tem dado conhecimento, a Câmara tem sucessivamente escrito, a última resposta que a Senhora Vereadora recebeu foi, que não tinham previsto em 2016, nenhuma empreitada para tratamento da estrada, nomeadamente a pintura. Foi feita uma insistência para Cabanas, porque lá as passadeiras são praticamente inexistentes, já não se vê nenhuma, praticamente. Mas foi falado na Quinta do

Anjo, o Chefe de Gabinete do Sr. Presidente também já interpelou as Infraestruturas Portugal por email. Na próxima segunda-feira a autarquia vai ter uma reunião de trabalho com as Infraestruturas de Portugal por outro assunto, e vai estar lá alguém da administração. Para além do assunto que vai ser tratado, já foi avisado que a autarquia irá levar a um caderno de encargos muito grande. E esta questão da EN 379 e da sinalização horizontal desde São Gonçalo até a entrada de Palmela, vai estar em cima da mesa.

Em relação à passadeira do Minipreço, foi licenciada pelas Infraestruturas de Portugal, porque o projeto do Minipreço teve de merecer um parecer das Infraestruturas Portugal, para a entrada dos veículos. Portanto, aquilo que lá foi feito, o projeto foi aprovado pelas Infraestruturas Portugal e eles puderam executar, a câmara não pode. Por vezes a autarquia é multada quando faz reparações de águas, de infraestruturas na estrada nacional, tendo amiúde problemas desta natureza. A autarquia tem interesse na resolução deste problema, em primeiro lugar porque tem de defender a população, mas também tem interesse, porque tem de defender a reputação da Câmara, uma vez que, se calhar 90% das pessoas não sabem que isto é uma responsabilidade das Infraestruturas Portugal. Garante que este assunto vai ser objeto de abordagem nesta reunião de segunda-feira. A passadeira em frente ao cemitério é a mesma coisa, têm de repintar aquelas que estão definidas, têm de pintar mais umas que a autarquia solicitou e que vão aprovar tecnicamente se fazem sentido ou não e outras que estão lá a fazer confusão têm de ser fresadas ou pintadas.

A situação das lombas será equacionada, sendo que merece sempre uma análise técnica, quais são as estadas que constituem escapatória para veículos de emergência, mas até que seja possível colocar lá uma Lomba redutora, sobretudo antes da zona de onde aparecem mais habitações e, portanto, esta situação será analisada.

No que diz respeito à Rua Manuel Martins Pitorra, Rua António José Marques, a passadeira da Rua Afonso de Albuquerque é da responsabilidade da Câmara, mas a empreitada já está adjudicada, tendo começado na freguesia da Quinta do Anjo. Será feita uma segunda empreitada, na ordem dos 30.000,00€ e 40.000,00€; no ano passado foram feitos 100.000,00€ de pinturas e nunca está tudo pintado. Aliás, é impossível, Palmela tem cerca de 500 quilómetros de rede viária asfaltada, que pouquíssimos concelhos no país têm. A Senhora Vereadora anotou essa zona e será feita também a regularização do pavimento por administração direta, porque não está prevista ali nenhuma repavimentação neste mandato. No troço de ligação junto da unidade comercial será também feita a repavimentação.

_ Em resposta ao Sr. Leandro de Almeida (5.), o **Sr. Presidente** refere que os buracos nas várias ruas estão a ser reparados diariamente. O outro assunto também está previsto para a ser feito na Primavera. Para o polidesportivo está previsto um protocolo, só irá a reunião de Câmara para o mês de abril, para que possam fazer reparações.

O Sr. Presidente volta a dar a palavra ao Público. Assim:

Sr. António Costa (6.)

Refere que vinha só alertar acerca daquele depósito de 500 metros cúbicos de lenha que está abandonado há mais de 2 meses naquela estrada onde fizeram o corte dos eucaliptos, no cimo do Cabeço dos Ruivos; e se começa a arde, ninguém toma conta daquilo.

Face às questões apresentadas pelo Sr. Município é prestado o seguinte esclarecimento:

_ Em resposta ao Sr. António Costa (6.), o **Sr. Presidente** refere que pessoalmente não tinha esse registo, mas que irá enviar a Proteção Civil ao local para fazer a avaliação.

Sr. Bruno Ferreira (7.)

Refere que tem conhecimento que vai haver obras na escola primária de Cabanas, e como tem lá dois filhos a estudar, questiona quando é que eles vão ser deslocados durante as obras e qual a previsão de durabilidade da mesma.

Face às questões apresentadas pelo Sr. Município é prestado o seguinte esclarecimento:

_ Em resposta ao Sr. Bruno Ferreira (7.), o **Sr. Presidente** refere que nestas intervenções, de facto, para poderem ser feitas em condições e dentro dos prazos, qualquer uma destas empreitadas, e a autarquia tem muitas, está previsto o fornecimento de pavilhões, contentores pré-fabricados com ar condicionado, enfim melhor que muitas salas de aula existentes. Mas, no caso de Cabanas a solução será integrar as crianças num outro estabelecimento de ensino que existe em Cabanas e que está neste momento desativado, na área do 1º ciclo.

Há uma diferença muito pequena entre o aluguer por parte da empresa que vai ter a empreitada, no que diz respeito aos contentores e às instalações do antigo colégio Leopoldo Guimarães. Por isso, está a decorrer uma negociação nesse sentido e, naturalmente, se os miúdos forem para lá, serão todos transportados no âmbito dos transportes escolares e ficarão ali com excelentes condições também. Mas mesmo que fiquem nos contentores, também ficam perto da escola, vão para um espaço central de Cabanas.

José Carlos (8.)

Reforça a intervenção do município **Sr. Colin Marques**, dando a indicação que mesmo nas traseiras da fábrica, existem ocupações em edifícios abandonados. Acrescenta que o pavimento, feito em pedra de calçada na rua que passa por trás da Igreja, está em muito mau estado. Chama também a atenção para a velocidade que os carros atingem na Rua António José Marques.

Face às questões apresentadas pelos Sr. Município é prestado o seguinte esclarecimento:

_ Em resposta ao José Carlos (8.), o **Sr. Presidente** refere que quando forem ao local da fábrica, darão a volta nas imediações também. Em relação ao pavimento em mau estado, informa que já está no plano de intervenções. No que diz respeito à Rua António José Marques será estudado, do ponto de vista do trânsito, como será possível fazer para moderar a velocidade.

Sr. Vítor Silva (9.)

Refere no território não há condições para ter desportos coletivos. Acrescenta que tem conhecimento das diligências tomadas em relação ao pavilhão da Escola Secundária. Questiona por isso, quais são os planos nesse sentido.

_ Em resposta ao Sr. Vítor Silva (9.), o **Sr. Presidente** refere que Palmela é um concelho muito *suis generis* em relação a outros concelhos do país que têm um pavilhão numa localidade e muitos deles feitos com 85% por fundos comunitários.

Em Palmela, o único pavilhão que começou também junto a uma escola preparatória em Pinhal Novo, teve de ser a Câmara Municipal a tomar conta da obra, terminá-la e torná-la num pavilhão municipal, que é gerido pela Empresa Municipal Palmela Desporto e que está ocupado pela comunidade educativa até determinada hora e depois está ao serviço da comunidade; há equipas de Palmela, como equipas de outros pontos do concelho que fazem lá eventos quando necessitam, em várias modalidades desportivas.

O da Quinta do Anjo foi abaixo e, por isso, recorda que o compromisso que a câmara assumiu desde esse ano é, no momento em que o Quintajense faça uma candidatura a um programa de financiamento para um pavilhão, a autarquia tem um protocolo assinado com o Quintajense e está lá dito qual é irá ser a percentagem financiada. Os anos passam, mas o compromisso existe. Entretanto foi assumido outro compromisso com o Quintajense, que foi quando fizeram ali o polidesportivo com a relva sintética, foi interposta uma candidatura à ADREPES e aquilo que não foi financiado, a Câmara também pagou. Portanto, a autarquia faz sempre parte da solução.

Agora, o grande ensejo é ter um pavilhão na sede do concelho, até porque serviria bem a população desta zona. Aquilo que a autarquia tem tentado fazer não é apenas lutar e reivindicar, tem apresentado propostas construtivas, tem sido consequente com a luta. O executivo apresentou ao Ministério da Educação, há mais de ano e meio, uma proposta para o pavilhão de Palmela, na Escola Secundária de Palmela; no entendimento de que teriam ocupação durante a componente letiva, por parte da comunidade educativa até às 18 horas, diariamente, deixariam os fins de semana e o resto livre para usufruto do município que, por sua vez, se comprometeria a compartilhar o pavilhão até um determinado valor (que mesmo assim, não era pouco: 750.000,00€), adicionalmente foi apresentada a solução de ser a câmara a gerir o pavilhão. O encargo com o pessoal, com a eletricidade, gás, enfim, tudo aquilo que hoje ninguém quer, porque o problema de algumas infraestruturas e equipamentos, não é construí-los, e por isso é que alguns estão fechados, não é por não terem pessoas, é que os custos são insuportáveis para os manter abertos. E a autarquia propôs ao Ministério da Educação, a solução B, em que a comparticipação era diferente, tinha de ser menor, porque a autarquia ia ficar com o encargo durante 20 anos, fazendo a gestão; com um compromisso muito claro, o pavilhão tinha de estar ao serviço da população e do movimento associativo naquelas horas.

Hoje, quando fez um briefing com o seu Chefe de Gabinete, o **Sr. Presidente**, tomou conhecimento que foi feito mais um contacto para o chefe de gabinete da Sr.ª Secretária de Estado. Esta insistência é feita de 15 em 15 dias, e a prova de que o assunto não está esquecido é que há cerca de 3 semanas, o Sr. Diretor Geral das Infraestruturas Educativas contactou no sentido de pedir, para reenviar a proposta que o município fez presencialmente e na reunião com a Sr.ª Secretária de Estado.

Entretanto, existirá um outro espaço desportivo, que poderá vir a ser um pavilhão, no Poceirão. Para esse território, a autarquia conseguiu uma candidatura no âmbito de um programa, que é plano de apoio ou de ação de intervenção para comunidades desfavorecidas, através da requalificação do polidesportivo do Poceirão que, na prática, vai ficar coberto e vai servir também o Agrupamento de Escolas José Saramago, mas vai propiciar também, àquela população que não pratique só futebol e pratique outras modalidades desportivas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, por unanimidade, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 5/2016, da reunião ordinária de 17 de fevereiro de 2016.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Maria Justino, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. Saudação (António Afonso Antunes).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (Rui Narigueta).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (Margarida Agostinho).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (Leon Glied e Paulo Rosário).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (Hélder Máximo Martins).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (Equipa de futebol feminino do Quintajense Futebol Clube).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O Sr. Vereador Luís Miguel Calha passa à apresentação das Saudações:

SAUDAÇÃO (António Afonso Antunes)

“António Afonso Antunes sagrou-se Vice-campeão Nacional de Corta-Mato Curto no escalão de Veteranos +55 anos, com a marca de 14 minutos e 10 segundos. A conquista do título ocorreu no Campeonato Nacional de Corta-Mato Curto, Escolar, Universitário e Veterano, que se realizou no dia 11 de março, em Torres Vedras.

O atleta veterano, nascido em 1961, é residente no Bairro dos Marinheiros, freguesia de Quinta do Anjo, e representa o Clube Desportivo Recreativo Ribeirinho, da Moita.

Reunida na Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo, a 15 de março de 2017, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** António Afonso Antunes pela conquista do título de Vice-Campeão Nacional de Corta-Mato Curto e formula votos de sucessos continuados, ao serviço do atletismo, inspirando a população à prática de exercício físico e demonstrando que o desporto não tem idade.”

Submetida a Saudação (António Afonso Antunes) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

SAUDAÇÃO (Rui Narigueta)

“Rui Narigueta revalidou o título de Campeão Nacional de Grupos Idade (40 – 44 anos) em Duetlo, no Campeonato Nacional de Grupos de Idade de Duetlo, parte integrante do XVII Duetlo do Cadaval, realizado no dia 5 de março.

O atleta pinhalnovense de Duetlo e Triatlo representa o Outsystems Olímpico de Oeiras e é praticante desportivo filiado na Federação de Triatlo de Portugal, assumindo-se, atualmente, como um dos maiores valores nacionais e europeus do seu escalão.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida na Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo a 15 de março de 2017, **saúda** Rui Narigueta pela conquista, uma vez mais, do título de Campeão Nacional de Grupos de Idades em Duetlo, contribuindo para a divulgação da modalidade e da prática desportiva no nosso concelho.”

Submetida a Saudação (Rui Narigueta) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

SAUDAÇÃO (Margarida Agostinho)

“Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho é Campeã Distrital de Tumbling em Júniores por equipas e segunda classificada, a nível individual, em resultado da sua participação no Campeonato Distrital de Duplo Mini Trampolim e Tumbling, que se realizou no dia 5 de março, no Pavilhão Municipal do Alto do Moinho, no Seixal. A jovem ginasta pinhalnovense apurou-se, assim, para o Campeonato Nacional de Duplo Mini Trampolim e Tumbling, a decorrer a 1 de abril, em Loulé.

A carreira de Margarida Agostinho, várias vezes campeã nacional nos diversos escalões por onde tem passado, continua a evoluir de forma muito promissora, afirmando-a como uma das grandes promessas do Tumbling nacional.

Reunida a 15 de março de 2017, na Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Margarida Agostinho pelos títulos de Campeã Distrital de Tumbling em Júniores por equipas e de Vice-Campeã Distrital, a nível individual, desejando os maiores sucessos para a sua participação no Campeonato Nacional que se avizinha.”

Submetida a Saudação (Margarida Agostinho) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

SAUDAÇÃO (Leon Glied e Paulo Rosário)

“Os judocas do Judo Clube de Pinhal Novo tiveram uma boa participação no Campeonato Nacional de Judo em Júniores, realizado no dia 4 de março, e no Campeonato Nacional de Veteranos, a 5 de março, ambos em Coimbra.

Leon Glied sagrou-se Vice-Campeão Nacional Júnior, na categoria de mais de 100kg, e Paulo Rosário alcançou o mesmo resultado na categoria de -73kg, em Veteranos, competição para atletas com idade superior a 30 anos.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida na Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo, a 15 de março de 2017, **saúda** Leon Glied e Paulo Rosário pela conquista dos títulos de Vice-Campeão Nacional nas respetivas categorias, estendendo a congratulação ao Judo Clube de Pinhal Novo, à sua direção e corpos técnicos pelo trabalho continuado em prol da modalidade, contribuindo, de forma determinante, para a afirmação do Judo no concelho de Palmela e na região.”

Submetida a Saudação (Leon Glied e Paulo Rosário) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

SAUDAÇÃO (Hélder Máximo Martins)

“Hélder Máximo Martins foi distinguido com o Diploma de Honra pela Real Galeria de Londres, Inglaterra, em representação de Portugal com o estudo “Montijo: sua influência no pós-guerra como os desperdícios da latoaria da indústria da chacinaria no brinquedo de folha”.

Natural de Pinhal Novo, Hélder Máximo Martins é militar, licenciado na área da saúde e antropólogo, detentor de uma vasta coleção de brinquedos tradicionais, com cerca de 10 mil peças, que recuam até aos finais do século XIX, em materiais como a pasta de papel, a folha, a madeira, o tecido ou a argila. Livros, jogos, bonecas, figuras, cavalos de madeira e plástico, triciclos e carros são alguns dos exemplares que integram o espólio deste apaixonado pelos brinquedos portugueses, que detém, também, uma outra coleção dedicada aos brinquedos do mundo. No seu trabalho como antropólogo e estudioso do tema, tem desenvolvido várias teses,

exposições e campanhas de divulgação sobre brinquedos, em Portugal e no mundo, tendo recebido vários prémios.

Entre 2015 e 2016, organizou, em conjunto com o Município de Palmela, uma mostra de brinquedos portugueses, que esteve em itinerância por vários equipamentos municipais, contribuindo para divulgar e sensibilizar para a importância deste riquíssimo património cultural. Trabalhou, também, recentemente, com turmas do Instituto Politécnico de Setúbal numa pesquisa sobre a influência da indústria conserveira local, na fabricação de brinquedos.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 15 de março de 2017, na Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo, **saúda** Hélder Máximo Martins por esta distinção internacional, que sublinha, uma vez mais, o trabalho que tem desenvolvido, ao longo da sua vida, no âmbito do estudo, preservação e divulgação do brinquedo tradicional português.”

Submetida a Saudação (Hélder Máximo Martins) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

SAUDAÇÃO (Equipa de futebol feminino do Quintajense Futebol Clube)

“A equipa de futebol feminino do Quintajense Futebol Clube conquistou o título de campeã da Série E do Campeonato de Promoção.

Apesar de ainda faltar um jogo para o fim do Campeonato, as jovens futebolistas garantiram o primeiro lugar da classificação no domingo, 12 de março, após a vitória, por duas bolas a zero, frente ao Guia Futebol Clube, no Campo Leonel Martins.

Reunida na Sociedade de Instrução Musical, em Quinta do Anjo, a 15 de março de 2017, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** toda a equipa de futebol feminino do Quintajense Futebol Clube, incluindo o seu treinador Ernesto Catarino e toda a equipa técnica e dirigente, pela obtenção do título de campeã da Série E do Campeonato de Promoção e pelo excelente exemplo de garra e desportivismo que tem dado, ao serviço do futebol.”

Submetida a Saudação (Equipa de futebol feminino do Quintajense Futebol Clube) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Projeto CESOP (Centro de Estudos e Sondagens de Opinião) - Local** – O **Sr. Presidente** refere que o município de Palmela aderiu ao Projeto CESOP Local, um projeto de investigação, dinamizado pela Universidade Católica Portuguesa, entidade que selecionou e convidou o município para integrar o grupo piloto de autarquias nacionais que integram a fase inicial de suporte e experimentação deste projeto. O projeto visa estabelecer uma cooperação entre os municípios e o Centro de Estudos e Sondagens de Opinião desta universidade, na

criação de um Observatório do conhecimento, envolvimento e participação dos cidadãos e cidadãs, na aplicação das medidas de sustentabilidade. Recorda que este é um período de objetivos no desenvolvimento sustentável, já não é até 2020 mas sim até 2030, e o projeto aponta para tal. Medidas de sustentabilidade dos diferentes territórios pelos governos locais, criando índices de sustentabilidade, monitorização, aferição e aperfeiçoamento na sua concretização que, de forma transparente e sustentada em princípios académicos, estará e contará com a cidadania na sua implementação e monitorização, sendo os resultados disponibilizados de forma sistemática e transparente em plataforma digital a criar no âmbito do projeto. A cerimónia pública de apresentação deste projeto decorrerá no próximo dia 21 de março, pelas 15 horas, em Lisboa. Este projeto tem uma duração previsível de 4 anos, mas os resultados estarão disponíveis no final do primeiro ano.

• **Colóquio “Atividade física ao longo da vida – envelhecimento saudável” – O Sr. Presidente** refere que vai realizar-se no próximo dia 30 de março, pelas 14 horas, no Auditório do Pinhal Novo o colóquio “Atividade física ao longo da vida – envelhecimento saudável”, uma iniciativa das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com intervenção na área das pessoas idosas e também da Câmara Municipal de Palmela. Já vai na sua 4ª edição e o colóquio pretende contribuir para a discussão da importância da atividade física ao longo da vida, chamando para o efeito, a Academia, as instituições e os técnicos da área, para a partilha de experiências que confirmam o papel central da atividade física para o envelhecimento saudável.

• **Clique sem idade – O Sr. Presidente** refere que o “Clique sem idade” é uma iniciativa em que, mais uma vez, a população de idade maior foi desafiada a ligar-se às tecnologias de informação e comunicação, através de oficinas de noções básicas de informática, de frequência gratuita. De 23 de janeiro a 8 março já se realizaram ações em Palmela, em que participaram 14 pessoas e vai haver outro ciclo entre 3 de março e 28 de abril. Estas ações vão decorrer no CRJ de Pinhal Novo envolvendo mais 16 participantes. Paralelamente, realizaram com os idosos participantes no “Clique sem idade”, outras iniciativas, como viagem online, a visita orientada à exposição 1926, ano da restauração do concelho de Palmela (uma vitória de todos os munícipes há 90 anos) que contou com 26 participantes; uma outra iniciativa “opiniões, interesses e motivações na idade maior”, também contou com mais de dúzia e meia de participantes. Portanto, este projeto está inserido nas políticas sociais do município de envelhecimento ativo e procura continuar a facilitar a inclusão digital da população de mais idade.

• **Conferência Europeia A Escola da Floresta – a Aventura da Aprendizagem” – O Sr. Presidente** refere que vai realizar-se a Conferência Europeia A Escola da Floresta – a Aventura da Aprendizagem”, no dia 22 de março, no Cineteatro São João. Nesta conferência internacional

de um projeto europeu sobre esta temática, a Câmara é também parceira da Associação Questão de Equilíbrio, que é promotora desta conferência. Vão participar a Escola Secundária de Palmela, escolas do Barreiro, Baixa da Banheira e ainda escolas e parceiros da Dinamarca, Itália e Bélgica. O debate vai estar centrado no abandono escolar, na prevenção da violência. É um programa diversificado onde terá, durante a manhã o lançamento da 1ª pedra, num espaço aventura, num terreno cedido pelo município, para que a Questão de Equilíbrio desenvolva, precisamente, atividades e dinâmicas que visam prevenir o abandono escolar entre outros.

• **Visitas ao Museu da Música Mecânica** – O **Sr. Presidente** divulga que, no âmbito do protocolo que o município estabeleceu com o Museu da música mecânica, foram agendadas visitas guiadas para a população sénior, de 12 Instituições de Solidariedade Social do concelho. Estas visitas tiveram início a 24 de fevereiro, mas vão-se estender até maio, porque vão em pequenos grupos. O número de visitas vai cifrar-se para a população sénior em 230 visitas. Esta iniciativa surgiu do interesse dos próprios técnicos das IPSS numa reunião do grupo interinstitucional para as questões do envelhecimento em levar os seus utentes a conhecerem este valioso recurso que existe no concelho de Palmela, em Portugal, e até na Europa, porque é mesmo único e de excelência.

• **23.ª Edição do Festival Queijo, Pão e Vinho** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que o **Festival Queijo, Pão e Vinho** realiza já entre os próximos dias 31 de março e 2 de abril. Trata-se da 23ª edição desta iniciativa que conta com o apoio financeiro, técnico e logístico do município de Palmela. Conta com um programa de animação com pontos de interesse para todos os públicos e atrai, como é sabido, muitas famílias da Área Metropolitana de Lisboa. Tem, tal como em anos anteriores, várias atividades culturais, desportivas para além, da promoção, divulgação e comercialização dos produtos locais de qualidade. Salienta no programa, o debate sobre a candidatura da Arrábida, a reserva da Biosfera, um processo que está a decorrer numa iniciativa dos municípios Palmela, Sesimbra e Setúbal e da Associação de Municípios da Região de Setúbal e do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Portanto, trata-se de mais uma edição de um evento com um grande significado, que decorre e se insere na promoção dos produtos locais e na política de desenvolvimento sustentável do território, assente nos produtos endógenos e nos saberes tradicionais, estratégia esta que o município tem promovido.

• **Maratona da poesia** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que a Câmara Municipal vai assinalar o Dia Mundial da Poesia no dia 21 de março, com um conjunto de iniciativas para diversos públicos, ao longo de todo o dia, na Biblioteca Municipal de Pinhal Novo. A iniciativa insere-se no projeto “Palavras na nossa terra” iniciado em 2015, para a promoção da poesia e

da produção literária e integra também uma Feira do Livro, a decorrer entre os dias 20 e 25 de março. No dia 21 haverá uma iniciativa dedicada, a esta expressão literária tão nobre e popular, como é o caso da poesia, com a realização de uma nova iniciativa perante a maratona da poesia, que vai contar basicamente com 4 grandes momentos:

1. Uma manhã infantil, com a participação de grupos culturais locais, nomeadamente os “Bardoadá”, a da poetisa Alexandrina Pereira, o rapper Edy Shine vários alunos das escolas locais e da Escola Superior de Educação de Setúbal;
2. Uma tarde juvenil, com a participação de alunos da Escola Secundária de Pinhal Novo e a Escola Básica José Maria dos Santos, com ateliers de escrita criativa, e com a atuação do rapper Edy Shine e também com a participação da atriz Io Appolloni.
3. À noite terá lugar a noite dos poetas, num encontro com alguns poetas conhecidos: Fernando Pinto do Amaral, Maria do Rosário Pedreira, Gastão Cruz e Isabel Ruth, serão alguns dos nomes que estarão presentes nesta iniciativa;
4. Feira do Livro de poesia, uma iniciativa entre os dias 20 e 25 de março, em parceria com o grupo Porto Editora.

• **18.º Fórum Permanente de Teatro – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que entre os dias 24 e 26 de março, irá decorrer em Palmela, no concelho de Palmela pela 1ª vez, o Fórum Permanente de Teatro, uma iniciativa de organização conjunta entre a Federação Portuguesa de Teatro, a Associação Teatro Sem Dono e a Câmara Municipal. São esperados cerca de 30 grupos de teatro e 3 centenas de participantes de todo o país, bem como membros da *Confederación de Teatro Amateur Escenamateur*. Esta iniciativa que integra o programa de comemorações do Dia Mundial do Teatro pretende a partilha de experiências, informação e uma reflexão sobre o teatro amador em Portugal. Será, portanto, um momento de partilha, intercâmbios de experiências, várias ações de formação. O programa do fórum contempla também vários espetáculos de entrada livre no Cine-teatro São João nos dias 24 e 25 e a apresentação dos resultados das formações no dia 26. Há também um momento a pensar no teatro feito pelos mais jovens e será dinamizado um painel dedicado a crianças entre os 6 e os 12 anos. No total serão 14 os painéis temáticos de formação, orientados por um grupo de profissionais bem conhecidos do grande público, como a atriz Io Appolloni, o cenógrafo do Teatro Politeama João Barros e o professor na Escola Superior de Teatro e Cinema Miguel Coruche.

• **Iniciativa sobre a paz / “Fórum Juventude – Constituição da República Portuguesa, 40 anos” – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que irão realizar-se dois fóruns, que se inserem no programa do “Março a Partir”, mês da Juventude, na Biblioteca

Municipal de Palmela. No dia 23 de março vai realizar-se uma iniciativa sobre a paz, desenvolvida em parceria pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação e pelas Associações Juvenis do concelho de Palmela. Esta iniciativa traduz-se num encontro-debate com a participação de Ilda Figueiredo, presidente da Direção Nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação, as Associações Juvenis e jovens das Escolas do concelho estarão, naturalmente, presentes. Serão abordados temas da atualidade como o armamento nuclear, a guerra na Síria e para motivar a reflexão, estarão patentes na galeria de exposições da biblioteca, uma mostra sobre a 1ª Guerra Mundial e sobre o 25 de Abril. No dia 24 de março, Dia Nacional do Estudante, no mesmo local, o município organiza o Fórum Juventude Constituição da República Portuguesa 40 anos. Pretende-se, sensibilizar os jovens para a importância da Constituição da República, enquanto ferramenta fundamental na construção e consolidação da democracia e promover o debate sobre deveres, direitos, liberdades e garantias para esta faixa etária, inseridos na Constituição. Estarão presentes o Jornalista José Goulão, o Presidente da Assembleia Municipal de Almada, o Deputado Constituinte José Maia e o Animador da rádio Paulo Fernandes, que são os convidados da iniciativa, que conta com a participação especial de alunos e alunas da Escola Secundária de Pinhal Novo.

• **Nadador Tomás Coxixo – Campeonato do mundo de desporto escolar – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** dá nota que o atleta da Palmela Desporto, Tomás Coxixo, apurou-se para o Campeonato do Mundo de Desporto Escolar em natação, que irá decorrer em Budapeste, na Hungria entre 20 a 25 de abril. O atual vice-campeão Nacional de Júnior de 50 metros costas é estudante na Escola Secundária de Pinhal Novo, frequentou as aulas do programa municipal “Aprender a Nadar”, tendo percorrido as diversas etapas formativas da Escola de Natação, na piscina municipal de Pinhal Novo. Esta presença no Campeonato do Mundo do desporto escolar vem confirmar o bom momento de forma e o valor deste nadador a quem se deseja uma boa prestação na Hungria, aproveitando também para saudar o treinador do atleta que também está aqui presente na sala.

• **Comemorações do Dia da Árvore – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** dá a nota que vai ser celebrado, internacionalmente, no dia 21 de março, o Dia da Árvore. A floresta constitui um fator de suporte da biodiversidade e da sustentabilidade pela sua capacidade de sequestro de carbono, pelo importante papel na regulação do ciclo da água, como fonte de riqueza e bem-estar. O concelho de Palmela tem cerca de 101 quilómetros quadrados de espaços florestais, isto é, quase um quarto do seu território. Reconhecendo a importância da árvore e da floresta na persecução dos objetivos de desenvolvimento do município, Palmela irá assinalar o Dia Mundial da Floresta com um conjunto de iniciativas destinadas a diferentes públicos, que tem início a 18 de março e se prolongarão até abril e das quais se destacam plantações de

árvores, visitas às hortas comunitárias de Palmela e Pinhal Novo, caminhada desportiva na Serra de São Luís, no Parque Natural da Arrábida, no dia 26 de março.

O município associa-se à 7ª edição da semana da Primavera biológica que este ano decorre entre os dias 20 e 26 de março, uma iniciativa de âmbito nacional, promovida pelo movimento Plantar Portugal, apoiando e incentivando a agricultura biológica e a produção biológica nacional, promovendo o bem-estar individual e colectivo, motivando a sociedade para a adoção de hábitos alimentares saudáveis e estilo de vida mais ecológicos e sustentáveis. Reconhecendo, portanto, o papel preponderante dos cidadãos na construção do município mais saudável, a Câmara Municipal de Palmela convida, desde já, todos os interessados a participar, dinamizando e enriquecendo o conjunto de atividades.

• **Dia Mundial da Água** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que o Dia Mundial da Água celebra-se no dia 22 de março. Para Palmela, continua a ser a prioridade ambiental e social. O município de Palmela continua a ter as mais baixas tarifas da Área Metropolitana de Lisboa, no conjunto, águas de abastecimento, águas residuais e resíduos sendo a acessibilidade económica ao serviço uma determinação do município, que entende a água pública como um bem essencial. Este tarifário não impede, ainda assim, o município de continuar a investir fortemente na qualificação da rede e do serviço. Neste momento, o município tem em curso um conjunto de projetos de gestão patrimonial de infraestruturas, deteção e eliminação de perdas e desenvolvidas em parceria com entidades de referência, nomeadamente, o LNEC e o Instituto Superior Técnico. A qualidade da água continua a ser excelente e em 2016 foram feitos mais de 3 quilómetros e meio de prolongamentos de redes, mais de 100 novos ramais investimentos nas captações municipais. O município continua ainda a diligenciar, junto da entidade gestora do sistema de saneamento em alta, a SIMARSUL, para que entre finalmente em funcionamento, o sistema de montado Brejos do Assa e para que sejam feitos outros investimentos que há muito reivindicados e permitam dotar deste serviço, zonas como Cajados, Miraventos, Quinta Tomé Dias e o Bairro Mesquita.

• **Hora do Planeta** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que a Hora do Planeta celebra-se a 25 de março e é uma iniciativa global e ambiental promovida pela *World Wild Life Foundation*, em que indivíduos, empresas, governos e comunidades são convidadas a desligarem as luzes durante uma hora, para mostrarem o apoio à ação ambientalmente sustentável. O município adere de novo ao evento, empenhado que está na implementação de medidas de eficiência energética. Assim, no dia 25 de março, sábado, entre as 20h30m e as 21h30m, o município desliga, simbolicamente, as luzes de alguns edifícios e locais emblemáticos do concelho, como o Castelo, os Paços do Concelho, o Cineteatro São João, o Largo do Pelourinho, em Palmela; em Pinhal Novo, o Coreto do Jardim José Maria dos Santos e

o exterior da Biblioteca Municipal de Palmela. O município convida a comunidade também aqui a participar, desligando também, as luzes nas suas residências e noutros edifícios durante este período. O município tem vindo a adotar medidas de eficiência energética, nos vários campos de ação, entre eles os seus edifícios, equipamentos, aos transportes, passando pela iluminação pública ou pela sensibilização da comunidade.

• **Novos investimentos na rede viária – A Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que no âmbito da rede viária, foi esta semana lançado o concurso para a empreitada de pavimentação do 1º troço da Rua da Escola do Gado. Este 1º troço começa na Quinta das Flores, perto da escola e vai para poente, numa extensão de 500 metros, e o preço base é de 58.300,00€. Entretanto, foi também adjudicada a repavimentação de um conjunto de arruamentos em Venda do Alcaide e em Pegarias, neste caso da freguesia de Palmela, por cerca de 61.000,00€. Foi também adjudicada uma empreitada para a realização de novas calçadas no valor de 39.000,00€, que está em curso, precisamente, na freguesia da Quinta do Anjo, a iniciar em Olhos de Água, Quinta das Flores. A empreitada de sinalização horizontal que o Sr. Presidente já falou, foi recentemente também adjudicada por cerca de 32.000,00€ e está já pintada, uma boa parte, do norte desta freguesia.

• **Ciclovía Quinta do Anjo – A Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que foi lançado esta semana, para o domínio da mobilidade sustentável, o projeto da ciclovía de Quinta do Anjo. A futura ciclovía integra a rede municipal, intermunicipal, ciclovias e corredores cicláveis, no chamado projeto CICLOP7. Foi candidatado ao financiamento no âmbito Portugal 2020 e concorre para o objetivo de promover um modelo de mobilidade mais sustentável e inclusivo, assente na articulação dos diferentes modos circulação, nomeadamente, pedonal, bicicleta, transporte público e transporte automobilizado individual amigo do ambiente. O estudo prévio deste projeto foi desenvolvido internamente e estabelece a necessidade de valorização da linha de água, que é uma obra muito importante de desenvolvimento urbano, em especial, nas urbanizações mais antigas e na melhoria das condições de segurança rodoviária. Esta empreitada, no seu conjunto, custará cerca de 300.000,00€.

• **Obras de remodelação do parque escolar – A Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que foram instalados painéis das escolas da freguesia. Destaca-se a Escola Matos Fortuna, que para além das características expostas no painel, terá 14 salas para o 1º ciclo e 3 salas de pré-escolar, para além de ficar agora com biblioteca escolar, sala polivalente e prática de atividades físicas, salas de pequenos grupos para atividades de apoio à família, salas para a coordenação, para o pessoal docente, para o pessoal auxiliar; e vai ficar de reorganizada, de forma coerente, as diferentes áreas funcionais do edifício, neste caso, melhorar a relação com as áreas

exteriores, incluindo o aumento do logradouro. A Escola de Cabanas também vai ter para além das salas de aula que já tem atualmente, vai ser remodelada e vai ficar com o refeitório, com um espaço polivalente, com biblioteca, enfim, com todas as condições adaptadas agora com as novas práticas educativas.

Questões colocadas pelos Srs./a Vereadores/a

• **Água não potável na fonte em Águas de Moura** – O **Sr. Vereador António Braz** refere que a água de Palmela é, de facto, de excelente qualidade. No entanto, a água não potável, nomeadamente na Fonte Centenária de Águas de Moura, não há escoamento de água, a água está inquinada, e tinha um cheiro a podre. Questiona qual a possibilidade de tentar resolver aquele problema.

• **Lagos que não estão em funcionamento** – O **Sr. Vereador António Braz** refere que também os lagos e as fontes ornamentais não estão na melhor qualidade, em termos do seu funcionamento, pelo que pede esclarecimentos se há uma prioridade ou se há desenvolvimentos em relação que esses lagos e fontes.

• **Vala que se encontra a céu aberto na estrada das Serralheiras** – A **Sra. Vereadora Maria Justino** levanta uma questão, que não sendo nova, é uma preocupação que se mantém, que é um problema que está na Estrada das Serralheiras, em Palmela. A ligação desta estrada à fábrica de paletes tem uma vala que está aberta, e que deveria ser mais bem sinalizada. Ela está tapada até à última habitação, quando se entra na Estrada das Serralheiras, depois quando se entra na última habitação, ela fica aberta. Quando se cruza um camião com um ligeiro, há efetivamente ali algum risco e se não for possível ser tapada, como no início, talvez pelo menos, mais bem sinalizada com alguns reflectores.

• **Tratamento das ervas** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** em relação ao tratamento das ervas e dos passeios na Urbanização Albertino Henrique Silva, apesar de na reunião do executivo ter sido declarado que de uma forma geral, quase todas as questões estavam controladas, algumas pelos vistos, ainda escaparam.

• **Amontoado de resíduos entre a rua Manuel Martins Pitorra e a rua de S. Brás, em Quinta do Anjo** - O **Sr. Vereador Pedro Taleço** chama a atenção para o amontoado de resíduos que, de uma forma espontânea, alguns munícipes menos cuidadosos e menos respeitosos foram fazendo entre a Rua Manuel Martins Pitorra e a Rua de São Brás, que

resultou num amontoado de resíduos numa zona não prevista para o efeito, que desconhece-se se é um terreno privado ou não.

• **Corte do abastecimento de água na urbanização Palmela Village, em Quinta do Anjo** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que na semana passada, mais uma vez, houve um corte do abastecimento de água na urbanização Palmela Village. Apesar de ser alheio ao município, seria importante procurar agir e saber se há algum envolvimento nas relações com Palmela Village, para ver o que é que se pode fazer por aquela população.

Face às questões apresentadas pelos/a Srs./a Vereadores/a António Braz, Maria Justino, Pedro Taleço e Paulo Ribeiro são dadas as seguintes respostas:

_ Água não potável na fonte em Águas de Moura – O **Sr. Presidente** refere que possivelmente a drenagem das águas não está a ser feita, pelo que a autarquia procurará, com a União de Freguesias, que se faça a limpeza e o saneamento das referidas águas, senão o município fará como habitualmente.

_ Lagos que não estão em funcionamento – O **Sr. Presidente** refere que a questão dos lagos e das fontes, depende dos sítios e das localidades. Há zonas onde os espelhos de água são respeitados e outros onde são conspurcados, vandalizados, roubam sistemas de bombagem, baterias, bombas e a autarquia não consegue intervir em todo o lado, ao mesmo tempo.

Havia quem defendesse a tese de, no espaço de Cabanas, acabar com o lago e pôr lá uma grande árvore no centro, mas a autarquia, mais uma vez, está a fazer um esforço para reparar a zona do lago, o jardim, repor bombas e pôr ali um elemento de água. Portugal é um país com um clima agradável e o elemento água, nos espaços exteriores, também ajuda a refrescar em vários períodos. Mas, de facto, em algumas situações, é difícil conseguir ter tudo a funcionar e estas reparações são constantes e depois também se colocam outras prioridades. Já foram algumas remodelações de espaços exteriores, em que se reduziu o tamanho de alguns espelhos de água, porque também foram feitos noutras épocas, em que são autênticas piscinas e para ter um espelho de água, às vezes basta uma altura de água de 10 a 15 centímetros (tem mesmo efeito). Portanto, a autarquia vai tomar atenção a isto, para quando chegar a Primavera, estar tudo nas devidas condições.

_ Vala que se encontra a céu aberto na estrada das Serralheiras – O **Sr. Presidente** refere que a solução para a Estrada das Serralheiras passará, possivelmente, pela colocação de umas baias em metal.

A **Sra. Vereadora Maria Justino** refere que poderiam também utilizar-se tampas.

O **Sr. Presidente** refere que talvez pinos, possivelmente, porque as tampas são uma solução perigosa, uma vez que não garantem que um pesado, saia da faixa de rodagem não fique com a roda lá dentro. Tecnicamente será estudado, o alerta é pertinente, para que a intervenção seja feita brevemente.

_ Tratamento das ervas – O **Sr. Presidente** refere que os trabalhos estão em curso, no tratamento das ervas. Agora é a altura ideal, é aproveitar esta pausa na chuva.

_ Amontoado de resíduos entre a Rua Manuel Martins Pitorra e a Rua de S. Brás, em Quinta do Anjo – O **Sr. Presidente** refere que será enviado o camião da empresa prestadora de serviços para fazer a recolha dos resíduos. É preciso continuar a sensibilizar os cidadãos, e em particular aqueles que têm quantidades maiores, porque o regulamento é claro, isto não pode acontecer. As pessoas têm direito de depositar determinadas quantidades ao lado do contentor, naquele dia, e há uma quantidade que não pode exceder um metro cúbico. Depois há pequenos empreiteiros, fabricas e de limpezas de terrenos, que se intitulam como muito ecologistas, mas ninguém é capaz de levar a camioneta à AMARSUL. A autarquia recebeu um trabalho estatístico, do Instituto Nacional de Estatística, referente a dados de anos anteriores, sobre vários indicadores do concelho e há um indicador que é revelador destes assuntos, que se estão a passar, em matéria de resíduos no concelho de Palmela. Palmela é o concelho que produz mais toneladas de resíduos por habitante. Entretanto também há índices sofríveis na reciclagem, porque, o facto de ser um concelho disperso e o número de ecopontos por habitante obedecer a uma rácio que não faz sentido para o território, o município encontra-se mais desprovido de ecopontos que qualquer outro.

O concelho do Barreiro tem 34 quilómetros quadrados, o concelho da Moita tem 54 quilómetros quadrados, pois o concelho de Palmela tem quase 470 quilómetros quadrados e, portanto, esta dispersão é complexa. Isto confirma que, para além de haver alguma mistura na compostagem, que quando aquilo já vem muito misturado não conta e vai para os indiferenciados; e depois há muita gente de outros concelhos que deixam resíduos no concelho de Palmela. Há vários concelhos a queixarem-se do mesmo, noutros pontos do país, e aqueles que têm características semelhantes ao território de Palmela, com uma maior dispersão e zonas rurais, está a ser impossível fazer o tratamento dos resíduos.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que apesar de parecer óbvio, não fazia mal colocar uma placa a dizer que é proibido deitar lixo.

O **Sr. Presidente** refere que teria de ser uma placa contínua em todas as estradas, porque naquelas quantidades é difícil.

_ Corte do abastecimento de água na urbanização Palmela Village, em Quinta do Anjo – O **Sr. Presidente** refere que a autarquia tem, há anos, uma solução apresentada que passa por um protocolo com o condomínio, porque não são apenas os moradores da Associação de Moradores. Consiste em a câmara passar a intervir dentro do prédio condomínio. As redes de abastecimento de água lá dentro são redes prediais, não são redes públicas, e a câmara precisa de uma autorização da maioria dos membros do condomínio, o que é difícil, porque a maioria dos lotes ainda pertence à Pelicano.

O que está previsto, no abastecimento de água protocolado, em que a Câmara passa a tomar conta da rede e assume toda a gestão, fazendo aquilo que tem de fazer, que é a entidade gestora licenciada para o território, é passar a responsabilizar-se pelos furos que não estão em condições, pela eletricidade que não a pagam e que levou à interrupção de fornecimento. Mas naturalmente as pessoas têm de fazer os contratos, em vez de ser o condomínio, são as pessoas individualmente. É um processo que tem vindo a ser estudado, há alguns anos. Felizmente, foi possível pressionar a Pelicano, no sentido de regularizar atrasos de pagamento do condomínio; mas assim que entrou algum dinheiro, eles depois meteram o restante e pagaram electricidade. O furo voltou a funcionar, mas a autarquia não está tranquila, porque se calhar, daqui a 3 semanas volta a acontecer o mesmo.

A autarquia interveio na reparação do 2º furo, que poderia estar a funcionar e está desativado, foi retirada a bomba e cada operação daquelas ronda os 5.000,00€. A câmara pretende tomar posse administrativa, acionando as garantias bancárias, porque havia outros furos a fazer e outras medidas a tomar no abastecimento de água, porque aquele loteamento, como acontece noutros, ficou com a obrigação de fazer obras de contribuição para o reforço do abastecimento de água, na Quinta do Anjo e a água ainda não está a chegar. Aquilo que ficou no contrato de urbanização, não foi integralmente cumprido, e está na altura de acionar as garantias e tomar conta dos furos, para depois poderem passar à fase seguinte.

DESPACHOS EMITIDOS PELOS/A SRS./A PRESIDENTE, VEREADOR DO PELOURO, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelos/a Srs./a Presidente, Álvaro Manuel Balseiro Amaro; Vereador do

Pelouro, Adilo Oliveira Costa; Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco, e Chefe da Divisão de Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 28.02.2017 a 14.03.2017.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 27.02.2017 a 10.03.2017.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 01.03.2017 a 14.03.2017, no valor de 1.181.184,30 € (um milhão, cento e oitenta e um mil, cento e oitenta e quatro euros e trinta cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 14.03.2017, apresenta um saldo de 7.337.385,18 € (sete milhões, trezentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco euros e dezoito cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 6.592.076,27 € (seis milhões, quinhentos e noventa e dois mil, setenta e seis euros e vinte e sete cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 745.308,91 € (setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e oito euros e noventa e um cêntimos)

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Aprovação de Contrato Programa para a requalificação do quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º SMPC 01_07-17:

«O Município de Palmela foi pioneiro no desenvolvimento de parcerias e apoios às Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho, através da criação de instrumentos que permitiram, nos últimos anos, dotar os seus corpos de bombeiros de meios adequados e de prontidão na prestação do socorro à população.

Dando continuidade a esta política, é desiderato desta autarquia prosseguir o apoio às suas Associações Humanitárias de Bombeiros, através da celebração de um contrato programa que determine o apoio a empreitadas que permitam dotar os seus quartéis de bombeiros de melhores condições, possibilitando uma rápida e eficaz resposta a todas as situações de emergência.

Assim:

1. Considerando que a deliberação de câmara de 6 de abril de 2016, define os princípios gerais do apoio municipal à requalificação dos quartéis das Associações Humanitárias de Bombeiros de Palmela e Pinhal Novo;
2. Considerando a candidatura apresentada pela Associação Humanitária de Bombeiros de Pinhal Novo com o registo n.º POSEUR-02-1810-FC-000365;
3. Considerando a aprovação formal da mesma através da decisão do POSEUR, datada de 21 de fevereiro de 2017;
4. Considerando ainda, que foi aprovado na sessão de câmara acima citada, que o valor final da comparticipação municipal, bem como a programação e respetivos pagamentos, seriam estabelecidos em sede de contrato programa a celebrar entre o Município de Palmela e as Associações Humanitárias de Bombeiros;
5. Verificando-se que, por deliberação de câmara de 21 de dezembro de 2016, foi atribuído um adiantamento do valor da comparticipação municipal, a descontar no

cômputo geral do apoio disponibilizado pelo município, no montante de 5% do valor da candidatura apresentada, em resposta aos pedidos das Associações Humanitárias de Bombeiros, faltando, nestas circunstâncias, realizar o montante da comparticipação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere, nos termos das alíneas o) e r) do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o presente contrato programa, a celebrar entre a Câmara Municipal de Palmela e a Associação Humanitária de Bombeiros de Pinhal Novo, nos termos da minuta anexa à presente proposta.

Anexos:

- Minuta do Contrato Programa.»

Sobre a proposta de Aprovação de Contrato Programa para a requalificação do quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo numerada SMPC 01_07-17 intervém:

A **Sra. Vereadora Maria Justino** refere que a aprovação do POSEUR veio de certa forma melhorar e facilitar a tal comparticipação de 15% que já tinha sido o compromisso previamente assumido desta candidatura. Da parte da bancada do PS, tem aprovação porque vai trazer melhores condições de trabalho a estas pessoas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Prestação de serviços para manutenção de espaços verdes públicos no concelho de Palmela – Abertura de procedimento.

PROPOSTA N.º DADO_DFA 01_07-17:

«Considerando que:

- o setor de espaços verdes afeto à Divisão de Espaço Público da Câmara Municipal de Palmela tem registado, ao longo dos últimos anos, uma redução do número de trabalhadores que impossibilita a execução de todos os trabalhos necessários e conducentes a uma prestação de serviço de qualidade.

- os meios mecânicos existentes e disponíveis na Câmara Municipal de Palmela não são suficientes para dar resposta a todas as necessidades decorrentes das vastas áreas de espaços públicos existentes no concelho;
- os atuais contratos de prestação de serviços se encontram perto do seu termo.

Propõe-se, nos termos conjugados da alínea f) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a alínea b) do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que a Câmara Municipal de Palmela delibere:

1. autorizar a abertura do procedimento por concurso público, com vista à “Prestação de serviços para manutenção de espaços verdes públicos no concelho de Palmela”, por um período de 36 meses;
2. aprovar o programa de concurso e o caderno de encargos, documentos que se anexam e fazem parte integrante da presente proposta;
3. que o júri seja constituído por:
 - Maria da Graça Gonçalves Nunes Moura (presidente)
 - Anabela dos Santos Henriques e Sousa (vogal efetivo)
 - Noémia Cristina R. M. Dupont Sousa (vogal efetivo)
 - Maria Jacinta Merca Pereira (vogal suplente)
 - Maria José Água J. Freitas Flores (vogal suplente)

O objeto do procedimento contempla 2 (dois) lotes a concurso, Lote 1, para as localidades de Palmela e Aires e Lote 2, para as localidades de Pinhal Novo e Quinta do Anjo.

O encargo financeiro estimado para os três anos de contrato é de 852.282,00 €, acrescido do IVA à taxa legal de 23%.»

Sobre a proposta de Prestação de serviços para manutenção de espaços verdes públicos no concelho de Palmela – abertura de procedimento numerada DADO_DFA 01_07-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que concorda com a proposta na generalidade, é importante para a preservação do espaço público. Relativamente aos fertilizantes, fala-se muito nos fertilizantes que estejam homologados e que respeitem a lei, o que é o adequado e o mínimo. No entanto, era importante que houvesse aqui uma outra forma de controlo da autarquia, que não seja simplesmente estarem homologados e legalizados.

No caderno de encargos, e apesar de toda a prestação de serviços ser para a manutenção e preservação de espaços verdes, fala-se aqui nas papeleiras, que estão em alguns espaços verdes e que podem estar destruídas. Portanto, há aqui também a obrigação de intervir nisso.

Seria importante que também se colocasse alguma coisa, porque há muitos relatos relativamente a alguns munícipes que levam os seus animais de companhia a fazer os dejetos no meio dos espaços verdes e era importante aqui também se previsse qualquer coisa, relativamente à intervenção desta empresa, nessa matéria.

Percebe que será a câmara que fornecerá água e fornecerá as espécies que vão ser colocadas em alguns locais e, fala-se muito aqui, do aviso que tem de ser feito em cada intervenção e em cada autorização da DEPA. Sugere que tanto a empresa, como a Câmara, comuniquem à população que determinada intervenção vai ocorrer.

Termina afirmando que votará favoravelmente a esta abertura de procedimento.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que este valor global incorpora, certamente, um reforço em relação a algumas deficiências neste serviço que tem vindo a ser observado ao longo do mandato, nomeadamente, na conservação de alguns espaços verdes. Daria, em grosso modo 300.000,00€ por ano, o que em termos do valor atual anual de investimento externo, em relação à manutenção de espaços verdes, traduz-se num gasto superior, nesta matéria. Questiona quanto custa o incremento do serviço, porque há, claramente, aqui um reforço de algumas áreas.

O **Sr. Presidente** refere que algumas das questões colocadas e que estão no caderno de encargos, são normas de enquadramento de atuação da empresa, porque, de facto, tem de ficar assim, para ser claro. A autarquia acompanha os trabalhos da empresa, e estas operações mais delicadas da taxa de plantação, de alterações do espaço, entre outros, são definidas pelos arquitetos paisagistas e pela encarregada da autarquia, que acompanham os trabalhos da empresa e quando houver necessidade de alguma intervenção que seja necessário ser comunicado à população, a própria Câmara antecipará o assunto.

Os herbicidas não estão contemplados, uma vez que servem para a erradicação. Está prevista a utilização nas zonas de pedonais, naturalmente têm que ser homologados de acordo com a lei e se esta lei vier a ser revogada ou vier a haver, até à publicação da interdição de determinados produtos, é evidente que a empresa só pode utilizar os produtos homologados.

Este enquadramento que aqui está permite a atualização de acordo com a legislação que se entende nesta matéria dos herbicidas.

Há uma parte substancial dos espaços verdes em Palmela que são feitos por administração direta, mas há outros que já não são, portanto, estão incluídos também neste concurso.

Estima-se que possa haver aqui um ligeiro aumento mas, em contrapartida, é capaz de haver uma economia de escala, porque este é o valor máximo e as empresas têm de concorrer abaixo deste valor. Por outro lado, os problemas encontrados foram, precisamente, em lotes que não estavam juntos, eram umas coisinhas avulsas experimentadas em Pinhal Novo e no Jardim José Maria dos Santos. Assim que os trabalhadores da autarquia saíram do Jardim José Maria dos

Santos, toda a gente reclamou, porque, de facto, o prestador de serviços não fazia melhor, porque é preciso pessoal, é preciso tempo. E existiram problemas com alguns prestadores de serviços que não cumpriram, pelo que se espera que agora venham a jogo, empresas que tenham condições para ter pessoal, equipamento, para dar alguma estabilidade nestes lotes. Também é normal que haja empresas que ganham uns lotes e outras que ganhem outros lotes, isso acontece muitas vezes. O valor será ligeiramente superior.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro às instituições parceiras do 50+ - Programa de exercício.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_07-17:

«Desde a implementação do +60 - Programa Municipal de Atividade Física, em 1996, que algumas das aulas de Atividades Gímnicas e Dança decorrem em instalações de instituições parceiras, com o objetivo de possibilitar a todos os participantes do Programa a realização das atividades físicas perto da sua área de residência.

Este modelo de funcionamento mantém-se, apesar da reestruturação realizada ao Programa, em 2012, que resultou na criação do 50+ - Programa de Exercício, em parceria com a Palmela Desporto, E.M..

Estando identificado o importante papel das instituições parceiras no desenvolvimento do Programa, reconhece-se que este representa custos acrescidos ao seu funcionamento, nomeadamente, com eletricidade e limpeza das instalações.

Neste sentido, e de acordo com o número de aulas semanais e com a alínea u), do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a atribuição dos seguintes apoios financeiros:

- Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela – € 600,00;
- Clube Portais da Arrábida – € 500,00;
- Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano - € 500,00;
- Sociedade Recreativa e Instrutiva 1.º Janeiro, Lagoa do Calvo - € 500,00;

os quais se destinam a compartilhar nas despesas com eletricidade e limpeza, decorrentes da utilização das instalações por parte das aulas de Atividades Gímnicas e Dança do 50+ - Programa de Exercício, durante a época 2016-2017.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro às instituições parceiras do 50+ - Programa de exercício numerada DCDJ 01_07-17 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que a bancada do PS concorda com proposta. Repara que há um acréscimo na atribuição destes subsídios, e questiona o que justifica o mesmo, se um aumento de alunos, atletas, pessoas de idade a praticar a atividade, o tempo dessa mesma atividade.

Refere ainda que este aumento de participação não se reflectiu noutras associações, e por isso indaga, qual foi o critério e porque optaram por esta solução.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que este aumento resulta de indicadores que as associações aderentes ao programa fizeram chegar, no sentido da insuficiência da verba face às despesas que têm com eletricidade e limpeza. Nesse sentido, a autarquia decidiu aumentar a verba.

No caso da Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela, a comparticipação é acrescida, e está relacionada com o tempo da ocupação da sala e, portanto, há mais um grupo do que nas restantes coletividades.

Sublinha também a evolução do número de participantes neste programa, para referir que entre 2015 e 2016, houve de facto, cerca de mais 20 pessoas, aproximadamente, a entrar neste programa desenvolvido em parceria entre o município e a Empresa Municipal, Palmela Desporto.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 4 – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e a Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal.

PROPOSTA N.º DCDJ 02_07-17:

«Considerando que:

- de acordo com o enunciado no n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, cabe ao Estado e às autarquias locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;

- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos, o desenvolvimento social, com investimento na educação, na cultura, no desporto, na juventude e na intervenção social;
- a Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal é, desde longa data, parceira, do município, na organização de inúmeros eventos desportivos no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Ciclismo, contribuindo para a formação desportiva dos munícipes e para o desenvolvimento da cultura física e do desporto;
- desde o início da implementação do Programa de Desenvolvimento do Ciclismo que a autarquia tem apoiado, a vários níveis, a organização de eventos no âmbito do ciclismo nas suas diferentes disciplinas: ciclismo de estrada, BTT, BMX/BSX, Cicloturismo;
- a autarquia, no âmbito da sua política de apoio ao associativismo, aprovou, em 2014, o novo Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo que consagra, entre outros aspetos, a possibilidade de serem estabelecidos protocolos específicos de cooperação;

e na sequência do pedido de apoio solicitado pela Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal, substanciado na apresentação do seu Programa de Desenvolvimento Desportivo, **propõe-se** que, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que veio estabelecer o regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a aprovação do contrato-programa entre o Município de Palmela e a Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal, em anexo, e que faz parte da presente proposta, que define os termos de cooperação entre as duas partes no âmbito da promoção e desenvolvimento do Ciclismo, concretamente no que diz respeito à organização da Taça de Portugal em Cadetes.»

Sobre a proposta de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e a Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal numerada DCDJ 02_07-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que este é um protocolo, sai relativamente barato, tem um custo de mil euros. Em relação ao que está protocolado e aos benefícios, ressalta uma relação positiva. Sugere que se criem mais indicadores dos retornos destas apostas, que se têm feito, em modalidades e eventos de alguma dimensão, nomeadamente, os retornos imediatos em termos do que é o turismo e a restauração, no período que contém os eventos. Esta proposta segue na sequência de outras propostas, há coerência na aposta, há noção de alguns resultados e aguardam-se as concretizações em relação a quais os indicadores de avaliação e quais são, na realidade, as mais-valias reais e concretas que obviamente têm de ter impacto dentro do que é o tecido empresarial, nas áreas do desporto, turismo e restauração, em relação

a que é a capacidade instalada no concelho também para receber estes eventos. A bancada do PS votará favoravelmente.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que há vários eventos desta natureza que trouxeram milhares de pessoas ao concelho, trouxeram vários participantes estrangeiros e as suas famílias. Naturalmente há aqui um retorno do ponto de vista económico do concelho, uma vez que muitas destas equipas e muitos destes ciclistas individuais e suas famílias, ficaram alojados em unidades hoteleiras do concelho, fizeram aqui as suas refeições e, portanto, este é um casamento perfeito entre o desporto e o turismo. Este é um nicho de mercado que importa a autarquia desenvolver; também por isso, o protocolo assinado com os municípios de Setúbal e Sesimbra e com a Federação Portuguesa de Ciclismo, prevê uma internacionalização cada vez maior da prova, mas, sobretudo, uma ligação a um programa (Cycling Portugal), que pretende aliar, cada vez mais, esta vertente da promoção desportiva em torno do ciclismo, com a dinamização económica. Há vários exemplos, a nível internacional, desta ligação e do efeito muito positivo que acontece cada vez mais, desta modalidade no desenvolvimento dos territórios, com a sua promoção e com a sua atratividade turística, e daí esta aposta reiterada do município de Palmela, na realização de eventos com a Federação Portuguesa de Ciclismo.

O **Sr. Presidente** refere que há indicadores muito importantes e até, às vezes, a repercussão que o território tem nos órgãos de comunicação social, que também tem notas muito positivas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Aprovação do Plano de Pormenor dos Bacelos – Quinta do Anjo.

PROPOSTA N.º DAU 01_07-17:

«A 21 de junho de 2006, a Câmara Municipal de Palmela deliberou a elaboração do “Plano de Pormenor da Aldeia do Bacelo”, na freguesia de Quinta do Anjo, a respetiva abertura da discussão prévia, prevista no n.º 2 do artigo 77.º do D.L. n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação dada pelo D.L. n.º 310/2003, de 10 de dezembro (RJIGT), bem como a instituição de Medidas Preventivas na sua área de intervenção, de acordo com o n.º 2 do artigo 110.º do RJIGT.

- A elaboração deste Plano de Pormenor (PP) decorre diretamente da participação do município no Concurso de Ideias Internacional, EUROPAN 8, promovido em colaboração com a EUROPAN - Portugal. A delimitação da área de intervenção do PP remonta àquela participação, onde

concorreu com a zona das Grutas da Quinta do Anjo e a sua envolvente urbana e rural, esta última, área protegida pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA).

- Na Área de Intervenção do PP localizam-se os sepulcros neolíticos/calcolíticos conhecidos por "Grutas de Quinta do Anjo", classificadas como Monumento Nacional e que constituem um importante testemunho da ocupação humana daquela zona. Nesta área, a dicotomia Espaço Urbano/Espaço Rural é ainda claramente identificável, pela posição das Grutas na fronteira entre o aglomerado urbano e a área rural do Parque, sendo objetivo do PP *procurar garantir a qualidade urbana e ambiental no desenvolvimento do aglomerado urbano, conferindo sustentabilidade à zona, programando o preenchimento dos espaços intersticiais expectantes, de acordo com critérios de preservação de escala e integração nos valores existentes, de forma harmoniosa, mas induzindo o florescimento de novas atividades comerciais e turísticas (preferencialmente ligadas às atividades e produtos tradicionais), bem como a criação de melhores e mais espaços públicos de qualidade no interior do tecido, permitindo a sua interpenetração. Pretende-se uma abordagem detalhada ao nível de Proposta de Implantação e Articulação Funcional, de um conjunto de equipamentos, espaços urbanos e objetos arquitetónicos a criar, bem como configurar a sua relação com o conjunto habitacional e natural envolvente.*

- Por deliberação tomada em reunião de Câmara a 7 de maio de 2008, na sequência da discussão prévia e do acompanhamento do então ICN - enquanto entidade da tutela do Parque Natural da Arrábida, foram aprovadas alterações quer na designação do PP, passando a designar-se por *Plano de Pormenor dos Bacelos*, como nos limites da sua área de intervenção, que se cingiu apenas à zona urbana estabelecida no Plano Diretor Municipal, perímetro urbano da Quinta do Anjo.

- Na mesma data e nos termos definidos no n.º 2, do art.º 1.º, do D.L. n.º 316/2007, na redação conjugada com o D.L. n.º 232/2007, de 15 de junho, a Câmara Municipal deliberou sobre o âmbito da Avaliação Ambiental a realizar, bem como sobre o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental (RA) do Plano.

- A proposta de Plano foi submetida a Conferência de Serviços, em julho de 2012 decorrendo a posterior Concertação, com a participação das entidades com jurisdição nas matérias em presença, encontrando-se esta fase documentada no Relatório de Concertação, datado de maio de 2014, que constitui anexo ao Relatório do Plano de Pormenor.

- Por deliberação tomada em reunião de Câmara de 21 de maio de 2014, enquadrada no artigo 77º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) teve lugar a deliberação de abertura do período de Discussão Pública do PP dos Bacelos com o respetivo Relatório Ambiental. Este decorreu entre 12 de junho e 23 de julho do mesmo ano (30 dias úteis) tendo sido devidamente publicitado nos termos do RJIGT. A proposta do Plano e RA foram, ainda,

objeto de divulgação pública nos termos da Lei, bem como através de uma sessão de apresentação/esclarecimentos, realizada no edifício da Sociedade de Instrução Musical da Quinta do Anjo (SIM), em 22 de maio de 2014.

- O "Relatório de resultados do período de discussão pública do Plano e respetivo Relatório Ambiental" foi objeto de aprovação pela Câmara Municipal de Palmela em reunião de 15 de abril de 2015, a que se seguiu a sua divulgação, de acordo com o n.º 8 do artigo 77º do RJIGT tendo sido elaborada a versão final da proposta de Plano.

- O PP dos Bacelos tramita ao abrigo do regime transitório da Lei de Bases da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, por aplicação do disposto no seu artigo 82.º - norma transitória.

- Relativamente ao RJIGT, D.L. n.º 80/2015, de 14 de maio, o Plano de Pormenor fica igualmente abrangido pelo regime transitório neste plasmado, por aplicação do n.º 2. do seu artigo 197.º, ou seja, ao abrigo do D.L. 380/99, de 22 de setembro, na redação conferida pelo D.L. n.º 46/2009, de 20 de fevereiro.

- Assim, e nos termos do disposto no artigo n.º 79.º do RJIGT aplicável, **propõe-se** que a Câmara Municipal submeta à Assembleia Municipal, para a sua aprovação, a proposta do Plano de Pormenor dos Bacelos, documento que se anexa e faz parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Aprovação do Plano de Pormenor dos Bacelos – Quinta do Anjo numerada DAU 01_07-17 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que estes processos são longos e envolve entidades de diversas áreas. Salaria o trabalho executado por todos os técnicos, porque, de facto, é uma mais-valia para a própria aldeia de Quinta do Anjo e para o concelho, como é evidente. Tal como refere o documento que acompanha todo o processo, o turismo de aldeia e de natureza é uma mais-valia para o próprio território, assim se saiba tirar partido da requalificação no mesmo espaço. Congratula-se com a aprovação deste plano.

O **Sr. Presidente** refere que foi um processo longo, complexo mas também muito enriquecedor. Atravessou várias alterações legislativas, a equipa teve sempre uma opção muito coerente, o mesmo com a equipa externa que trabalhou com a autarquia. No início do mandato, a autarquia assumiu este compromisso. Foi apresentado o plano em Quinta do Anjo na discussão pública e do debate com os moradores, houve a necessidade de introduzir algumas melhorias e algumas correções, mas apesar de não serem de grande monta, foi necessário redesenhar tudo.

A fase que se segue é ir à Assembleia Municipal e depois a publicação em Diário da República, e a partir daí, todas as operações urbanísticas que vierem a ocorrer, têm de se conformar com as regras e o regulamento do plano e desenho urbano que está definido.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e dez minutos do dia dezasseis de março de dois mil e dezassete, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco